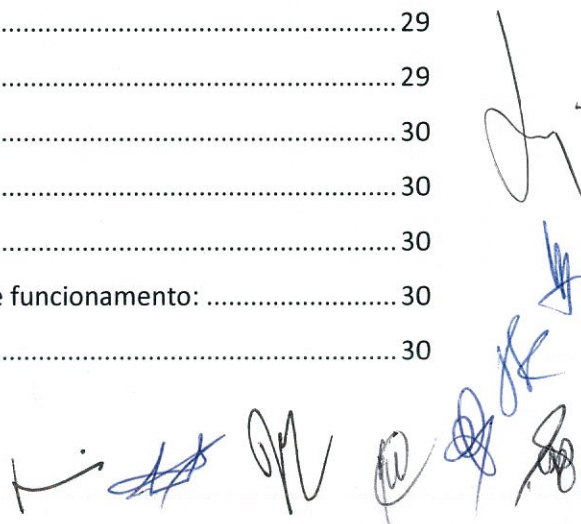


DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2016



ÍNDICE

I -	MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
II -	RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1.	INTRODUÇÃO.....	6
2.	ANÁLISE ORÇAMENTAL	7
2.1.	Execução das GOP's.....	7
2.2.	Análise orçamental.....	11
2.2.1.	RECEITAS.....	13
2.2.2.	DESPESAS.....	17
2.2.2.1.	ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO	18
a.	ENCARGOS COM PESSOAL.....	19
b.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	20
c.	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20
2.2.2.2.	INVESTIMENTO GLOBAL.....	20
a.	INVESTIMENTO DIRETO.....	21
b.	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	21
2.2.2.3.	SERVIÇO DA DÍVIDA.....	22
2.2.2.4.	RESTANTES DESPESAS CORRENTES	22
2.2.3.	DÍVIDA TOTAL	23
3.	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	25
3.1.	Análise Económica.....	25
3.2.	Análise Financeira.....	26
4.	PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28
III -	Mapa do Controlo Orçamental da Receita.....	29
IV -	Mapa do Controlo Orçamental da Despesa	29
V -	Execução Anual do plano plurianual de investimentos	29
VI -	Mapa dos Fluxos de Caixa	29
VII -	Mapa das Operações de Tesouraria.....	29
VIII -	Balanço e Demonstração de Resultados.....	29
IX -	ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
1.	CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	30
1.1.	Identificação: Município de Amarante	30
1.2.	Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:	30
1.3.	Estrutura Organizacional Efetiva:.....	30



1.4.	Descrição sumária das atividades:	32
1.5.	Recursos Humanos:	32
1.6.	Organização Contabilística:	32
2.	NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	34
3.	NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO	46
3.1.	Modificações do Orçamento	46
3.1.1.	Modificações do Orçamento – Receita	46
3.1.2.	Modificações do Orçamento – Despesa.....	46
3.1.3.	Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	46
3.2.	Contratação Administrativa	46
3.3.	Transferências	46
3.3.1.	Transferências Correntes – Despesa	46
3.3.2.	Transferências de Capital – Despesa	46
3.3.3.	Transferências Correntes – Receita.....	46
3.3.4.	Transferências de Capital – Receita.....	46
3.4.	Mapa de Empréstimos.....	46
3.5.	Outras Dívidas a Terceiros.....	46
X -	Mapa de Bens do Município.....	46
XI -	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it, some appearing to be initials or names.



I - MENSAGEM DO PRESIDENTE

O Relatório de Gestão, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o determinado no ponto 13 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade Local), reflete a Execução do Orçamento do Município de Amarante para 2016.

Este Relatório evidencia os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos, e concretiza, ainda, as alterações patrimoniais e os resultados económicos atingidos.

O ano financeiro de 2016, relativamente a resultados, orçamentais ou patrimoniais, é francamente positivo, facto relevante atendendo à conjuntura económico-financeira do país ao longo dos últimos anos.

A execução dos Documentos Previsionais de 2016 cumpre o Princípio do Equilíbrio Orçamental, confirmado no ponto 3.1.1 do POCAL, que estabelece que o orçamento deve antever os recursos indispensáveis para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes.

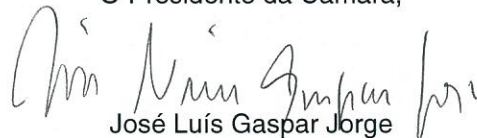
A crescente diminuição de recursos financeiros não nos coíbe de honrarmos os nossos compromissos. Não temos, assim, qualquer dificuldade perante a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

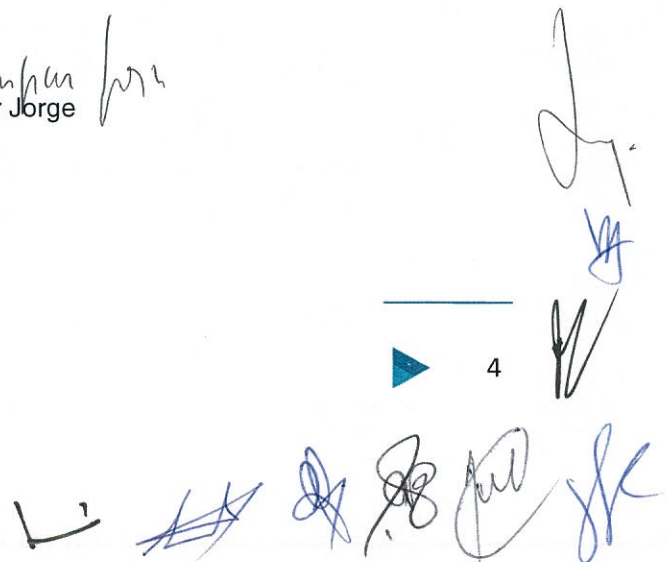
Fica, ainda, demonstrada a nossa opção por uma gestão rigorosa e ponderada, sempre em função dos recursos disponíveis.

Estamos, portanto, na presença de um relatório que reflete um exercício da atividade municipal marcada por uma gestão responsável, clara e cumpridora.

Paços do Município de Amarante, 20 de março de 2017.

O Presidente da Câmara,


José Luís Gaspar Jorge





Município de Amarante
Telefone: +351 255 420200
Fax: +351 255 420 201
Endereço Internet: <http://www.cm-amarante.pt>
Endereço email: geral@cm-amarante.pt





II - RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

O relatório que ora se apresenta resulta das disposições constantes do artigo 76º, n.º.1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)¹ e ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais = POCAL).

Com ele pretende-se fazer uma análise das vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Amarante relativas ao ano financeiro de 2016 e, bem assim, da sua evolução face aos últimos exercícios económicos.

¹ Aprovada pela Lei n.º.73/2013, de 3 de setembro, revista





2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1. Execução das GOP's

Enumeram-se algumas das ações e projetos constantes das Grandes Opções do Plano (GOP's) realizados durante o ano findo:

O Objetivo da Dinamização e Coesão Social absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 325.395 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Subsidio ao arrendamento;
- Fundo Municipal de Emergência Social;
- Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC)
- Clube de férias de Amarante;
- Idade de Ouro;
- Amarante Saúde Natura.

O Objetivo da Educação absorveu 19% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 3.154.595 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Transportes escolares;
- Protocolos com atividades parceiras;
- Obras de reparação e beneficiação em edifícios escolares, nomeadamente, as escolas do Barracão, Vila Caiz e Real e respetivos arranjos exteriores;
- Oferta de manuais escolares aos alunos do ensino básico;
- Apoio na aquisição de material escolar a alunos carenciados.

O Objetivo da Coesão Territorial absorveu 29% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 4.710.996 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia;
- Arranjos e Reparções em Vias Municipais;
- Apoio às Associações do Município em ações correntes e projetos de investimento.

7



O Objetivo da Economia, Inovação e Emprego absorveu 3% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 441.677 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Comparticipação em iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional;
- Realização de projetos e iniciativas no âmbito do empreendedorismo;
- Medidas de apoio ao emprego;
- Participação/reforço no fundo social do IET;

O Objetivo do Turismo absorveu 1% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 186.680 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Atividades promocionais e imagem institucional do Município;
- Realização de atividades de dinamização e promoção turísticas;

O Objetivo da Cultura absorveu 9% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.449.790 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Realização do Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes;
- Aquisição de sistema de projeção cinematográfica digital para o Cine Clube de Amarante;
- Realização de atividades culturais;
- Apoio às Associações do Município em Atividades Correntes;

O Objetivo da Juventude e Desporto absorveu 13% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 2.090.921 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programa de apoio ao Voluntariado Jovem;
- Realização de iniciativas no âmbito da Juventude;
- Ações correntes no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas;
- Apoio às associações do Município em ações correntes;
- Apoio às associações do Município em investimentos;



- Construção de equipamentos náuticos;
- Programa Preocupa-te;
- Ampliações e reparações em recintos desportivos;

O Objetivo do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana absorveu 3% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 492.499 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Revisão do PDM, incluindo prévia redelimitação da REN;
- Aquisição de terrenos no âmbito do sistema viário de Vila Meã;
- Elaboração de estudos de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU);

O Objetivo do Ambiente absorveu 8% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.230.066 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Comparticipação no capital da empresa Águas do Norte, SA;
- Construção de canil e gatil;
- Tratamento dos resíduos sólidos domésticos;

O Objetivo da Segurança e Ordem Públicas absorveu 5% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 859.409 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Comparticipação nas equipas de Intervenção Permanente;
- Comparticipações em ações correntes – Bombeiros;
- Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais;

O Objetivo da Governância da Câmara absorveu 8% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.284.341 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, instalação e manutenção de equipamento informático;
- Realização de estudos e trabalhos de consultadoria;
- Assistência técnica de equipamentos;
- Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal;



No ano de 2016, e em termos orçamentais, a execução financeira da receita 85,34% e a execução da despesa foi, em termos financeiros de 81,6% e de 91,7% em termos de lançamento de obras.

Todavia, tendo em conta o programa do Executivo para 2016, apesar dos desvios financeiros em termos absolutos, as grandes opções do plano para 2016 foram conseguidas pois constata-se que, em termos relativos, os valores obtidos foram aproximados aos propostos.

**Quadro nº.1
Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos**

Destino	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira %	Peso relativo executado %	Peso relativo previsto %
Dinamização e Coesão Social	511 100,00	325 395,10	63,67%	2,01%	2,27%
Educação	3 402 732,00	3 154 594,86	92,71%	19,44%	15,09%
Coesão Territorial	6 994 603,00	4 710 995,90	67,35%	29,03%	31,02%
Economia, Inovação e Emprego	722 700,00	441 677,44	61,11%	2,72%	3,20%
Turismo	436 800,00	186 679,84	42,74%	1,15%	1,94%
Cultura	2 508 838,00	1 449 789,92	57,79%	8,93%	11,13%
Juventude e Desporto	2 512 086,00	2 090 920,58	83,23%	12,89%	11,14%
Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana	1 260 670,00	492 499,12	39,07%	3,04%	5,59%
Ambiente	1 418 608,00	1 230 065,60	86,71%	7,58%	6,29%
Segurança e Ordem Públicas	1 033 560,00	859 408,79	83,15%	5,30%	4,58%
Governância da Câmara	1 748 494,00	1 284 340,75	73,45%	7,92%	7,75%
TOTAL	22 550 191,00	16 226 367,90	71,96%	100,00%	100,00%



2.2. Análise orçamental

Analisando globalmente os documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2016, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita cobrada bruta de 85,3% e uma taxa de execução global da despesa de 81,6%.

Quadro nº.2
Síntese da Execução Orçamental

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Receita	37.721.347,00	32.219.198,10	5.502.148,90	85%
Despesa	37.721.347,00	30.782.618,16	6.938.728,84	82%

No campo das receitas verificamos que a sua cobrança foi a descrita no quadro seguinte:

Quadro nº.3
Síntese da Execução Orçamental da Receita Cobrada Bruta

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	25.282.528,00	23.766.722,24	1.515.805,76	94%
Capital	9.767.181,00	8.432.746,27	1.334.434,73	86%
Outras Receitas	2.671.638,00	19.729,59	2.651.908,41	1%
Total	37.721.347,00	32.219.198,10	5.502.148,90	85%

Pela análise do quadro constatamos que:

- a arrecadação das receitas correntes foi de 23.766.722 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 94% face ao orçamento atual;
- a arrecadação das receitas de capital registou um desempenho menos eficaz, tendo-se cobrado 8.432.746 euros, o que representa uma taxa de execução de 86%.

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que estes apresentam um desempenho similar ao ocorrido com as receitas:

- as despesas correntes, no montante de 20.104.445 euros, registaram uma taxa de execução de 91%



- as despesas de capital apresentam uma taxa de realização de 68%.

**Quadro n.º 4
Síntese da Execução Orçamental da Despesa**

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	22.093.273,00	20.104.444,98	1.988.828,02	91%
Capital	15.628.074,00	10.678.173,18	4.949.900,82	68%
Total	37.721.347,00	30.782.618,16	6.938.728,84	82%

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2016, vemos que as entradas de fundos ascenderam a 35.653.747,34 euros, dos quais 32.219.198,10 euros têm origem em receitas orçamentais e 3.434.549,24 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

Considerando que a despesa global paga totalizou 34.095.106,20 euros, e a existência de um saldo inicial de 4.248.109,80 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será no valor de 5.806.750,94 euros.

Quadro n.º 5

Resumo dos Fluxos de Caixa

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2015	3 067 108,71	1 181 001,09	4.248.109,80
Receitas cobradas	32 219 198,10	3 434 549,24	35 653 747,34
Despesas pagas	30 782 618,16	3 312 488,04	34 095 106,20
Saldo a transitar para 2017	4 503 688,65	1 303 062,29	5 806 750,94



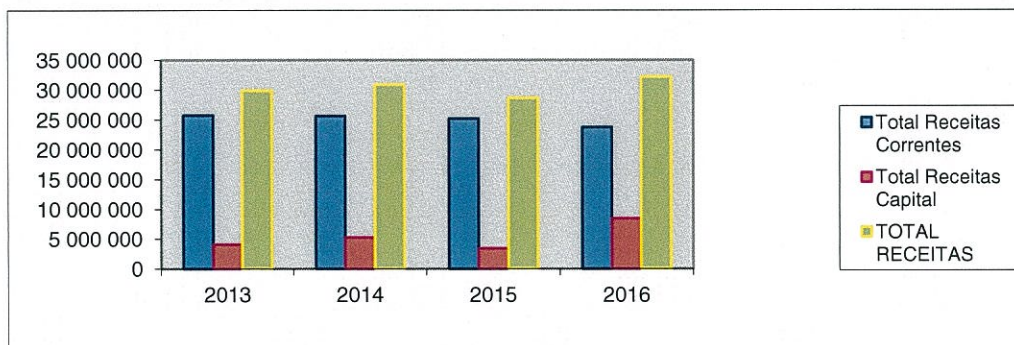
2.2.1. RECEITAS

Quadro n.º 6
Evolução da Receita Cobrada Bruta por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2013		2014		2015		2016	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Impostos Diretos	5 617 143	18,8%	5 579 898	18,0%	5 598 400	19,5%	5 488 678	17,0%
02	Impostos Indiretos	228 801	0,8%	212 187	0,7%	212 490	0,7%	134 763	0,4%
04	Taxas Multas Outras Penalidades	960 758	3,2%	1 032 112	3,3%	548 137	1,9%	335 854	1,0%
05	Rendimentos de Propriedade	1 709 426	5,7%	1 614 206	5,2%	1 745 317	6,1%	1 569 753	4,9%
06	Transferências Correntes	13 701 967	45,9%	13 809 481	44,6%	14 797 419	51,6%	14 453 390	44,9%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	3 385 763	11,3%	3 276 522	10,6%	1 833 321	6,4%	1 701 707	5,3%
08	Outras Receitas Correntes	157 768	0,5%	96 897	0,3%	474 755	1,7%	82 575	0,3%
	Total Receitas Correntes	25 761 627	86,2%	25 621 303	82,8%	25 209 839	87,9%	23 766 722	73,8%
09	Venda de Bens de Investimento	98 086	0,3%	59 050	0,2%	7 591	0,0%	3 618	0,0%
10	Transferências de Capital	3 186 810	10,7%	5 251 591	17,0%	2 933 020	10,2%	3 348 144	10,4%
11	Ativos Financeiros	0		0		0		0	
12	Passivos Financeiros	825 401	2,8%	0	0,0%	500 000	1,7%	2 355 670	7,3%
13	Outras Receitas de Capital*	11 026	0,0%	2 283	0,0%	13 604	0,0%	2 745 044	8,5%
	Total Receitas Capital	4 121 324	13,8%	5 312 924	17,2%	3 454 215	12,1%	8 452 476	26,2%
	Total das Receitas	29 882 951	100,0%	30 934 227	100,0%	28 664 054	100,0%	32 219 198	100,0%

*Inclui rubricas com os códigos 14 a 19



As receitas totais atingiram o montante de 32.219.198 euros, o que significou um aumento de 3.555.144 euros (12%), relativamente ao ano anterior.

As receitas correntes atingiram o montante de 23.766.722 euros e foram alimentadas sobretudo pelos impostos diretos, transferências correntes do Orçamento do Estado e pela venda de bens e prestação de serviços. As transferências correntes, no montante de 14.453.390 euros, representaram 61% do total das receitas correntes e respeitam, principalmente, às verbas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação fixa no IRS. Os impostos diretos constituíram 23% das receitas correntes e concorrem para este tipo de receita, o

[Handwritten signatures and marks]



Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com 3.646.007 euros, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens (IMT) com 771.241 euros e o Imposto Único de Circulação com 1.071.293 euros.

Relativamente ao ano de 2015, constata-se que as receitas correntes tiveram um decréscimo de 1.443.117 euros (6%), justificado em grande parte pela diminuição verificada nas rubricas de transferências correntes (344.029 euros), Taxas, multas e outras penalidades (212.283 euros) e outras receitas correntes (392.180 euros).

As receitas de capital atingiram o montante de 8.452.476 euros, verificando-se um acréscimo relativamente ao ano anterior de 4.998.261 euros. Tal variação foi motivada essencialmente pelo aumento em 2.731.441 euros verificado na rubrica de Outras transferências de capital e que respeitou à transferência efetuada pela empresa Águas do Norte, SA no âmbito do protocolo celebrado entre as partes.

As receitas provenientes do Orçamento do Estado representaram 45% do total das receitas, sendo 10% das outras transferências, 37% de receitas próprias e 7% referente a utilização de empréstimos.

**Quadro n.º 7
Evolução das Receitas Brutas Próprias**

(Un.: euros)

Designação	2013		2014		2015		2016	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Impostos Locais	5 845 945	48,0%	5 792 085	48,8%	5 810 891	55,7%	5 623 442	46,6%
Taxas Multas e Outras Penalidades	960 758	7,9%	1 032 112	8,7%	548 137	5,3%	335 854	2,8%
Rendt. Propriedades	1 709 426	14,0%	1 614 206	13,6%	1 745 317	16,7%	1 569 753	13,0%
Venda Bens e Prestação de Serviços	3 385 763	27,8%	3 276 522	27,6%	1 833 321	17,6%	1 701 707	14,1%
Outras Receitas Correntes	157 768	1,3%	96 897	0,8%	474 755	4,6%	82 575	0,7%
Venda de Bens de Investimento	98 086	0,8%	59 050	0,5%	7 591	0,1%	3 618	0,0%
Outras Receitas de Capital	11 026	0,1%	2 283	0,0%	13 604	0,1%	2 745 044	22,8%
Total das Receitas	12 168 772	100,0%	11 873 155	100,0%	10 433 615	100,0%	12 061 994	100,0%

As receitas próprias, no montante de 12.061.994 euros, cresceram 1.628.379 euros (16%) relativamente ao ano anterior, e representaram 37% do total das receitas. Esta variação



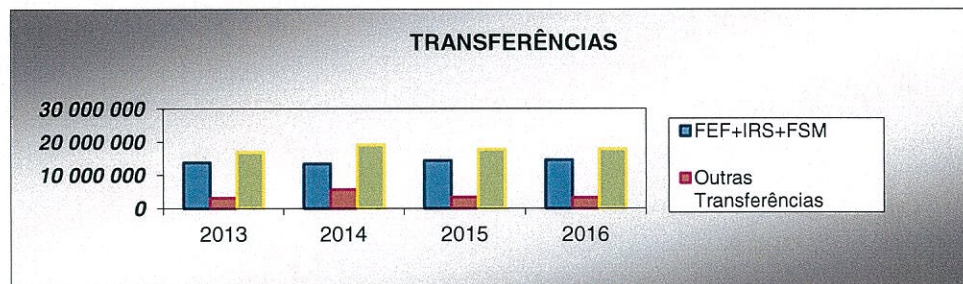
positiva está diretamente relacionada com o aumento verificado na rubrica das Outras Receitas de Capital. As receitas fiscais² atingiram o montante de 5.959.296 euros, registando uma diminuição de 399.732 euros relativamente ao ano de 2015.

As receitas próprias de funcionamento³, com o montante de 23.770.340 euros, decresceram 5,7% face ao ano anterior.

**Quadro n.º 8
Evolução das Transferências**

(Un.: euros)

Designação	2013		2014		2015		2016	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
FEF+IRS+FSM	13 761 855	81,5%	13 383 626	70,2%	14 389 383	81,2%	14 565 973	81,8%
Outras Transferências	3 126 923	18,5%	5 677 445	29,8%	3 341 056	18,8%	3 235 561	18,2%
Total das Receitas	16 888 778	100,0%	19 061 071	100,0%	17 730 439	100,0%	17 801 534	100,0%



As transferências, com o montante de 17.801.534 euros, cresceram 71.095 euros (13%), em relação ao ano anterior, representando as transferências do Orçamento de Estado 82% do seu total.

Em relação às receitas totais, as transferências contribuíram para 55% do seu valor.

² As receitas fiscais são obtidas pelo somatório das rubricas dos impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

³ As receitas próprias de funcionamento são calculadas pelo somatório das receitas correntes com a venda de bens de investimento.



Quadro nº.9
Evolução da Utilização de Empréstimos

(Un.: euros)

Designação	2013	2014	2015	2016
Médio e Longo Prazo	825 401	0	500 000	2 355 670
Caixa G. Depósitos	313 400	0	500 000	2 355 670
Caixa Agrícola	0	0	0	0
BPI	512 001	0	0	0
Curto Prazo	0	0	0	0
TOTAL	825 401	0	500 000	2 355 670

Durante o ano de 2016 e no que se refere à utilização de empréstimos de médio e longos prazos, o Município utilizou o montante de 2.355.670 euros.

É ainda de salientar que existe o montante de 6.294.330 euros de empréstimos por utilizar e que não se recorreram a empréstimos de curto prazos.

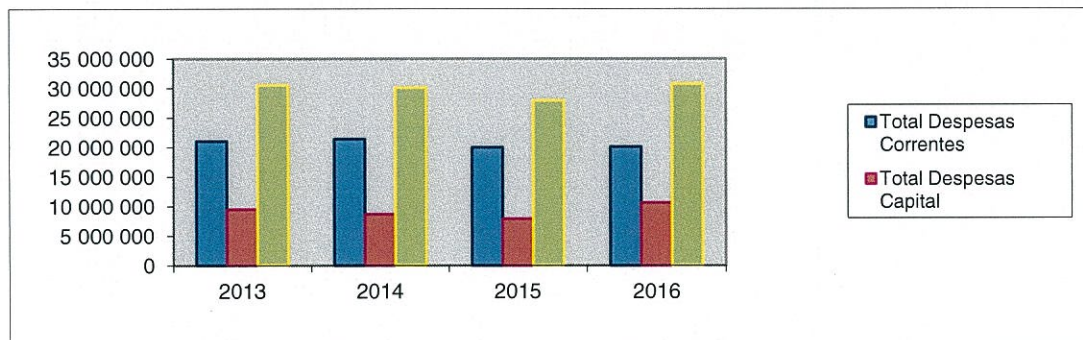


2.2.2. DESPESAS

Quadro n.º 10
Evolução da Despesa por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2013		2014		2015		2016	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Pessoal	9 221 287	30,2%	8 893 365	29,5%	8 444 623	30,2%	8 895 266	28,9%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	9 328 830	30,5%	9 374 644	31,1%	8 610 164	30,8%	8 279 271	26,9%
03	Encargos Correntes Dívida	207 036	0,7%	207 653	0,7%	155 746	0,6%	111 710	0,4%
04	Transferências Correntes	1 835 423	6,0%	2 155 983	7,2%	2 365 103	8,5%	2 358 860	7,7%
06	Outras Despesas Correntes	423 719	1,4%	802 306	2,7%	432 647	1,5%	459 338	1,5%
	Total Despesas Correntes	21 016 295	68,8%	21 433 951	71,2%	20 008 283	71,5%	20 104 445	65,3%
07	Aquisição Bens Investimento	5 665 325	18,5%	4 434 383	14,7%	4 290 483	15,3%	6 217 337	20,2%
08	Transferências Capital	1 841 707	6,0%	1 902 163	6,3%	1 971 863	7,1%	2 703 259	8,8%
09	Ativos Financeiros	160 455	0,5%	429 087	1,4%	372 888	1,3%	543 947	1,8%
10	Passivos Financeiros	1 858 611	6,1%	1 608 720	5,3%	1 264 787	4,5%	1 191 790	3,9%
11	Outras Despesas de Capital	0	0,0%	304 752	1,0%	58 273	0,2%	21 840	0,1%
	Total Despesas Capital	9 526 098	31,2%	8 679 105	28,8%	7 958 294	28,5%	10 678 173	34,7%
	TOTAL DESPESAS	30 542 394	100,0%	30 113 055	100,0%	27 966 576	100,0%	30 782 618	100,0%



As despesas totais atingiram o montante de 30.782.618 euros, sendo as despesas correntes de 65% e as de capital de 35%. Em relação ao ano 2015, verifica-se um aumento em 2.816.042 euros (10%), motivada, principalmente, pelas rubricas de aquisição de bens de investimento em 1.926.855 euros, transferências de capital em 731.395 euros e despesas com o pessoal em 450.644.

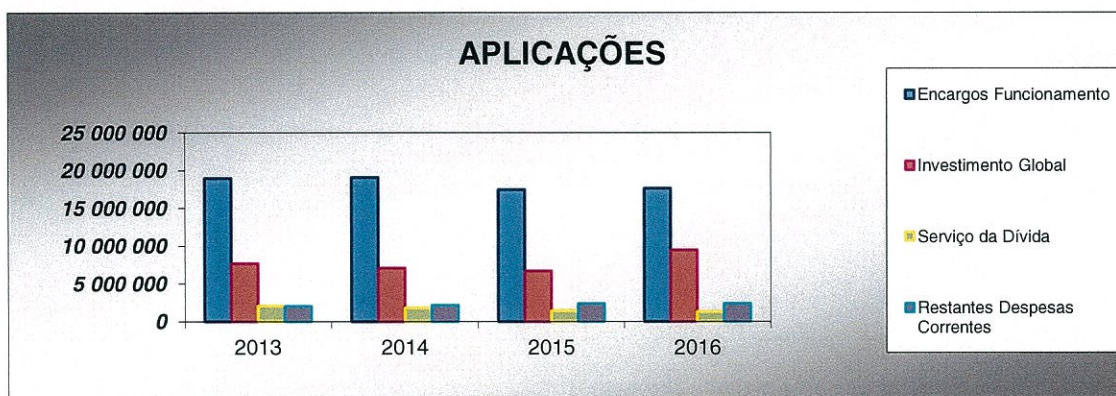
Handwritten signatures and a blue arrow pointing to the page number 17.



Quadro n.º11
Evolução da Despesa por Agregados Económicos

(Un.: euros)

Designação	2013		2014		2015		2016	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Encargos de Funcionamento	18 973 836	61,8%	19 070 315	63,3%	17 487 434	62,5%	17 633 875	57,3%
Pessoal	9 221 287	30,0%	8 893 365	29,5%	8 444 623	30,2%	8 895 266	28,9%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	9 328 830	30,4%	9 374 644	31,1%	8 610 164	30,8%	8 279 271	26,9%
Outras Despesas Correntes	423 719	1,4%	802 306	2,7%	432 647	1,5%	459 338	1,5%
Investimento Global	7 667 487	25,0%	7 070 384	23,5%	6 693 507	23,9%	9 486 383	30,8%
Investimento Direto	5 665 325	18,4%	4 434 383	14,7%	4 290 483	15,3%	6 217 337	20,2%
Transferências Capital	1 841 707	6,0%	1 902 163	6,3%	1 971 863	7,1%	2 703 259	8,8%
Outras Despesas de Capital	0	0,0%	304 752	1,0%	58 273	0,2%	21 840	0,1%
Ativos Financeiros	160 455	0,5%	429 087	1,4%	372 888	1,3%	543 947	1,8%
Serviço da Dívida	2 065 648	6,7%	1 816 374	6,0%	1 420 533	5,1%	1 303 501	4,2%
Juros	207 036	0,7%	207 653	0,7%	155 746	0,6%	111 710	0,4%
Amortização	1 858 611	6,0%	1 608 720	5,3%	1 264 787	4,5%	1 191 790	3,9%
Restantes Despesas Correntes	1 835 423	6,0%	2 155 983	7,2%	2 365 103	8,5%	2 358 860	7,7%
Juntas de Freguesia	411 075	1,3%	379 525	1,3%	422 405	1,5%	413 843	1,3%
Associações Municipais	1 424 348	4,7%	1 776 458	5,9%	1 942 698	6,9%	1 945 017	6,3%
TOTAL DESPESAS	30 542 394	100,0%	30 113 056	100,0%	27 966 576	100,0%	30 782 618	100,0%



2.2.2.1. ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 17.633.875 euros aumentaram 146.441 euros relativamente ao ano de 2015, e representaram 57% do total das despesas do município.

[Handwritten signatures and marks]



a. ENCARGOS COM PESSOAL

Os encargos com pessoal, no montante de 8.895.266 euros (29% do total das despesas), cresceram 450.644 euros relativamente ao ano anterior.

A 31 de dezembro de 2016 o quadro de pessoal do Município integrava 559 colaboradores, cuja contagem por cargo/ carreira segundo a modalidade de vinculação se apresenta no quadro seguinte.

	Quadro n.º12					TOTAL
	Pessoal por cargo/carreira					
	Dirigente	Técnico	Assistente	Assistente		
	Intermédio	Superior	Técnico	Operacional	Informática	
Comissão de Serviço	9	0	0	0	0	9
CTFP por tempo indeterminado	0	66	119	296	5	486
CTFP a termo resolutivo certo	0	64	0	0	0	64
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0	0
Outra	0	0	0	0	0	0
TOTAL	9	130	119	296	5	559

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 304 colaboradores do sexo feminino e 255 colaboradores do sexo masculino.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 52.047 euros.

Importa ainda referir que as receitas obtidas da atual DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para as auxiliares de ação educativa foram de 340.271 euros.

O trabalho extraordinário, no montante de 89.022 euros, registou um aumento de 27.320 euros, e deveu-se essencialmente ao serviço de recolha de resíduos sólidos, transportes escolares, apoio na realização de atividades culturais e funcionamento das instalações desportivas.

19



Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 8.895.266 euros, representando 37% do total das receitas correntes do ano anterior.

b. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 8.279.271 euros, decresceu 330.893 euros relativamente ao ano de 2015.

Com o objetivo de melhor explicitar estas despesas, importa individualizar algumas das rubricas da aquisição de bens e serviços.

Assim, os transportes escolares consumiram 1.030.963 euros; a iluminação pública consumiu 1.225.838 euros, os seminários, exposições e similares registaram o valor de 1.207.415 euros, as matérias-primas registaram um valor de 234.000 euros, os encargos correntes com as instalações municipais (eletricidade, água, condomínios, etc.) cifraram-se em 921.458 euros, os trabalhos especializados totalizaram 819.461 euros; os estudos e consultadoria foram de 142.526 euros; os seguros de viaturas e de outros bens tiveram um encargo de 140.150 euros; as comunicações atingiram o montante de 161.097 euros, os encargos de cobrança de receitas registaram um montante de 147.565 euros e os consumos de secretaria foram de 60.137 euros.

c. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 459.338 euros, aumentou 26.691 euros em relação ao ano de 2015. Saliente-se, neste agregado, o montante de 28.361 euros em restituições e 131.943 euros em realizações de interesse municipal.

2.2.2.2. INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 9.486.383 euros, tendo aumentado 2.792.876 euros em relação ao ano de 2015.

20



a. INVESTIMENTO DIRETO

O investimento direto da Autarquia, no montante de 6.217.337 euros, aumentou 1.926.855 euros relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

**Quadro n.º13
Desagregação do Investimento Direto**

(un.:
euros)

Objetivo	Valor	Peso
Terrenos	504 827,53	8,1%
Habitacões	40 830,63	0,7%
Instalações de serviços	111 798,85	1,8%
Instalações desportivas e recreativas	158 049,22	2,5%
Escolas	68 342,46	1,1%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	1 924 453,13	31,0%
Parques e jardins	32 126,12	0,5%
Captação, tratamento e distribuição água	4 993,80	0,1%
Viação Rural	627 497,41	10,1%
Sinalização e trânsito	65 386,18	1,1%
Outras construções	508 471,70	8,2%
Outros edifícios	1 183 645,14	19,0%
Equipamento informático	128 005,94	2,1%
Software informático	72 489,85	1,2%
Equipamento de transporte	67 260,55	1,1%
Equipamento básico	182 849,52	2,9%
Ferramentas e utensílios	29 862,35	0,5%
Investimentos incorpóreos	92 678,29	1,5%
Equipamento administrativo	89 493,42	1,4%
Outros investimentos	324 275,19	5,2%
TOTAL	6 217 337,28	100,0%

b. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 2.703.259 euros, representando um acréscimo de 731.395 euros, em relação ao ano de 2015.



2.2.2.3. SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 1.303.501 euros, diminuindo 117.033 euros (8%) relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 4% do total da despesa e 9% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.

2.2.2.4. RESTANTES DESPESAS CORRENTES

As restantes despesas correntes, no montante de 2.358.860 euros, decresceram 6.243 euros, em relação ao ano anterior, sendo que 413.843 euros foram para as Juntas de Freguesia e 1.945.017 euros para Associações.

Handwritten signatures and a blue triangle pointing right, with the number 22 below it.

2.2.3. DÍVIDA TOTAL

No final do ano 2016 o valor da dívida de operações orçamentais do Município, calculado nos termos do artigo 52º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, e excluindo a das entidades previstas no artigo 54º, cifra-se em 8.558.334 euros.

Quadro 14: Dívida Total – Mês de dezembro		
Rubricas		Dívida
Conta	Designação	
Endividamento de Médio e Longo Prazos		7 015 520
23.1.2	Empréstimos	6 957 253
26.1.3	Fornecedores em Sistema de Locação Financeira	58 267
Endividamento de Curto Prazo		1 542 814
22.1	Fornecedores	61 777
22.8	Fornecedores c/c - Faturas em receção e conferência	3 828
23.1.1	Empréstimos MLP – Amortizações exigíveis a curto prazo	1 406 099
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado, c/c	0
26.1.4	Fornecedores em Sistema de Loc. Financeira - Amortizações exigíveis a curto prazo	43 400
26.1.8	Fornecedores imobilizado - Faturas em receção e conferência	27 710
26.8.9.8	Outros credores em receção e conferência	0
26.8.9.9.9	Restantes Outros Credores	0
Subtotal Dívida Município		8 558 334
Contribuição das Entidades Previstas no Art.º 54º para a Dívida do Município		490
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses		325
CIM-TS – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa		165
DÍVIDA TOTAL EM 31/12/2016		8 558 824

(A)

LIMITE DÍVIDA TOTAL A 31/12/2016 (nº1 do art.º 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)	38 160 296
---	------------

LIMITE CORRIGIDO DÍVIDA TOTAL 31/12/2016 (Art.º 52º nº 3 b))	13 518 590
---	-------------------

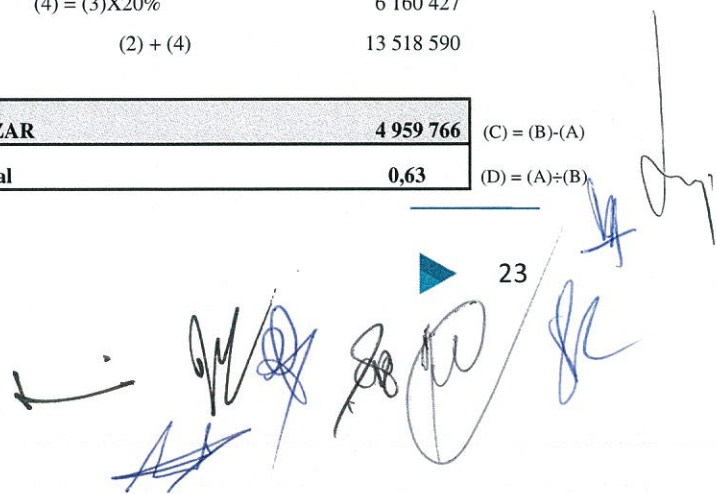
(B)

Limite da dívida no início de 2016	(1)	38 160 296
Valor da dívida no início de 2016	(2)	7 358 163
Margem Disponível no início de 2016	(3) = (1)-(2)	30 802 133
Restrição imposta pelo nº 3 da al.b) do art. 52º	(4) = (3)X20%	6 160 427
Limite corrigido da dívida total	(2) + (4)	13 518 590

MARGEM DISPONÍVEL POR UTILIZAR	4 959 766
Índice de limite corrigido à dívida total	0,63

(C) = (B)-(A)

(D) = (A)÷(B)





Na contribuição das Entidades Previstas no artigo 54º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, apesar de todas as entidades terem sido oficiadas, apenas a ANMP e CIM-TS apresentaram dados, pelo que a margem de endividamento divulgada de 4.959.766 € não considera a eventual dívida de 8 das 10 entidades relevantes para efeitos do limite da dívida do Município.

→      

24



3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Como nota introdutória a este tema, importa salientar a diferença existente entre a contabilidade orçamental e a contabilidade patrimonial: a primeira é elaborada na ótica de caixa (recebimentos/pagamentos) enquanto a segunda é elaborada na ótica económica (proveitos e custos) ou seja, regista as transações e outros eventos que afetam, além dos fluxos de caixa, a posição e o desempenho financeiro do Município, sendo de destacar nesta ótica o princípio da especialização (ou do acréscimo) segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

A análise que se segue tem por base o balanço e demonstração de resultados preparados com base nos registos da contabilidade patrimonial.

3.1. Análise Económica

A informação sobre o desempenho económico do Município consta do mapa da demonstração de resultados que junto se anexa.

A referida demonstração de resultados apresenta em 2016 proveitos no valor global de 27.485.977,74 € os quais representam um aumento de 351.366,43 € relativamente ao exercício anterior. Na análise dos proveitos realça-se a rubrica extraordinária que inclui a quantia de 1.960.854,97 € referente a subsídios ao investimento de bens subsidiados que compensam proporcionalmente as amortizações dos mesmos bens em 2016.

No que concerne aos custos, o ano de 2016 registou um valor global de 27.445.703,51 €, onde as verbas mais significativas respeitam aos custos com o pessoal no valor de 8.873.734,03 € e aos fornecimentos e serviços externos no valor de 7.815.537,67 €, rubricas que no conjunto representam 61% dos custos totais.

Na comparação dos custos de 2016 com os do período homólogo de 2015 destaca-se o aumento da rubrica “Amortizações do exercício” (que passou de 3.903.761,38 € para 4.491.481,22 €) a qual regista a quota geral anual de depreciação dos bens que compõem o ativo imobilizado do Município.

25



3.2. Análise Financeira

A informação sobre a posição financeira do Município do Município em 31 de dezembro de 2016 encontra-se refletida no balanço anexo onde são apresentados os ativos, passivos e os fundos próprios nessa data.

Do lado do ativo, destaca-se o imobilizado do Município cujo valor líquido de 119.446.372,13 € representa 92% do ativo total, rubrica na qual se encontram registados, nomeadamente, os bens detidos pelo Município para uso no fornecimento dos serviços e as infraestruturas. No exercício de 2016 deu-se como concluído um trabalho exaustivo de análise do imobilizado que se encontrava contabilisticamente classificado como estando em curso há diversos exercícios, donde resultou a necessidade de contabilizar em 2016 diversas transferências de imobilizado em curso para imobilizado firme e reconhecer as respetivas amortizações acumuladas em resultados transitados. Esta situação ajuda a explicar a redução verificada em 2016 nos fundos próprios que reduziram por via do reconhecimento contabilístico de amortizações acumuladas relativas a períodos anteriores a 2016 no valor global de 4.576.438,17 €.

Na rubrica do Ativo de “Depósitos em instituições financeiras” cumpre referir que está reconhecida a quantia de 398.970,70 € em falta nos cofres do Município por ter sido objeto de um desfalque imputável a um ex-trabalhador da autarquia que deu origem ao processo disciplinar n.º 1/2003 e a uma participação ao Ministério Público. O referido saldo deveria ser constar nas dívidas a receber de terceiros do balanço (com a respetiva provisão) mas aguarda-se por parte do Tribunal de Contas instruções para a respetiva regularização contabilística. O Passivo do Município em 31/12/2016 ascende a 34.633.846,12 € tendo sofrido um aumento de 3.004.405,54 € relativamente ao exercício de 2015.

No Passivo destaca-se a rubrica de acréscimos e diferimentos que em 2016 ascende a 23.525.705,78 €, superior ao valor de 2015 em 1.864.145,52 €. Este passivo inclui no seu saldo acumulado a quantia de 21.860.053,32 € referente a subsídios ao investimento atribuídos ao Município a imputar a proveitos de exercícios seguintes.

O restante passivo de 2016 é composto por dívidas a terceiros no valor global de 10.902.291,34 € e provisões para riscos e encargos no valor de 205.849,00 €.

As dívidas a terceiros aumentaram 1.115.081,64 € relativamente a 2015, contribuindo para este aumento as variações ocorridas nas rubricas de empréstimos obtidos e fornecedores em

Handwritten signatures and a blue triangle pointing right, with the number 26 below it.



regime de locação financeira onde foram registados novos financiamentos destinado a diversas obras.

A rubrica de provisões para riscos e encargos regista as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável decorrentes dos processos judiciais em curso.

Handwritten signatures and a blue triangle pointing to the page number 27.



4. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos do ponto 2.7.3 - Resultado Líquido do Exercício do POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo.

Para cumprimento do referido disposto propõe-se que o montante de 40.274,23 euros seja mantido na conta 59 - Resultados Transitados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



III - Mapa do Controlo Orçamental da Receita

Em anexo.

IV - Mapa do Controlo Orçamental da Despesa

Em anexo.

V - Execução Anual do plano plurianual de investimentos

Em anexo.

VI - Mapa dos Fluxos de Caixa

Em anexo.

VII - Mapa das Operações de Tesouraria

Em anexo.

VIII - Balanço e Demonstração de Resultados

Em anexo.

Handwritten signatures and a blue triangle pointing right, followed by the number 29.



IX - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2016 do Município de Amarante foram efetuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Amarante.

A numeração utilizada corresponde à que consta do referido diploma, sendo que os números em falta não se aplicam ou não existe informação a prestar.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. Identificação: Município de Amarante

Número de Identificação Fiscal: 501102752

Endereço: Alameda Teixeira de Pascoaes - 4600-011 Amarante

geral@cm-amarante.pt

Regime financeiro: - POCAL – Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

- Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro; Lei n.º 82-D/2014, de 31 dezembro; Lei n.º 69/2015, de 16 de julho; Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

1.2. Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:

Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro; Retificação n.º 50-A/2013, 11 de novembro; Lei n.º 25/2015, de 30 de março; Lei n.º 69/2015, de 16 julho e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.

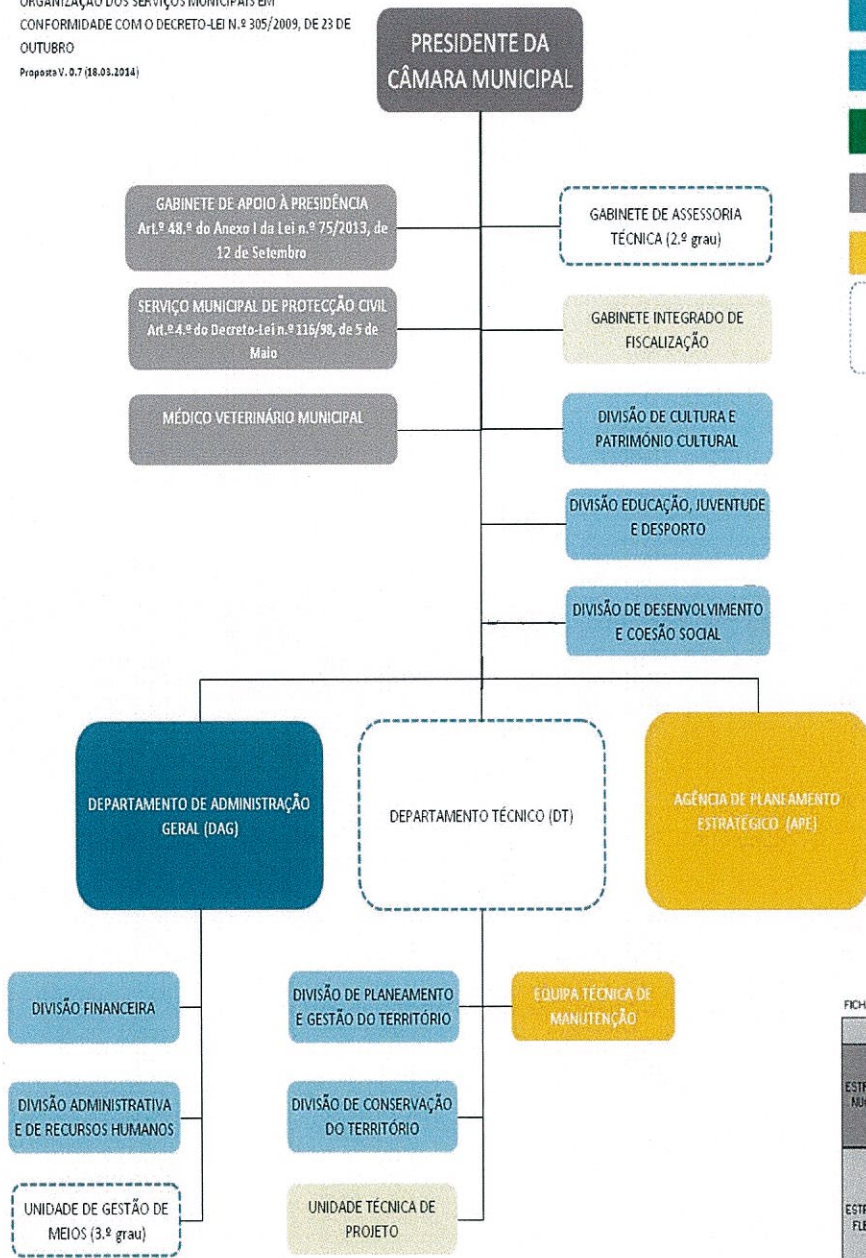
1.3. Estrutura Organizacional Efetiva:

30



Em 31/12/2016, a estrutura organizacional, e de acordo o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal de 18/12/2010 e publicado na IIª Série do D.R. n.º.253 de 31/12/2010, define-se da seguinte forma:

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS EM
CONFORMIDADE COM O DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE
OUTUBRO
Proposta V. 0.7 (18.03.2014)



- Unidade Orgânica Flexível - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermédia de 1.º Grau
- Unidade Orgânica Flexível - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermédia de 2.º Grau
- Unidade Orgânica Flexível - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermédia de 3.º Grau
- Serviço enquadrado por legislação específica não subordinada ao RJOSAL
- Equipa Multidisciplinar (equiparação ao estatuto remuneratório de chefe de divisão municipal)
- Unidade orgânica prevista nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto - Liderada por Titular de Cargo de Direcção Intermédia de 1.º Grau, cujo provimento não é possível

FICHA

MODELO DE ESTRUTURA MISTA	
ESTRUTURA NUCLEAR	3 UNIDADES ORGÂNICAS NUCLEARES
	0. DIREÇÕES MUNICIPAIS
ESTRUTURA FLEXÍVEL	2.º DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS
	11 UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS
	8.º DIVISÕES MUNICIPAIS
	3.º UNIDADES MUNICIPAIS (DI 3.º Grau)
2. EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES (TDQ 2.º grau)	
SUBUNIDADES ORGÂNICAS (A DEFINIR)	

* 1 nos termos do mecanismo de flexibilidade previsto no n.º 1 do art.º 21.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

Órgão Deliberativo: Assembleia Municipal

Órgão Executivo: Câmara Municipal

31



1.4. Descrição sumária das atividades:

Nos termos do artigo 23º do anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- a) Equipamento rural e urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e saneamento básico
- l) Defesa do Consumidor
- m) Promoção do desenvolvimento
- n) Ordenamento do território e urbanismo
- o) Polícia Municipal
- p) Cooperação externa

1.5. Recursos Humanos:

Presidente: José Luís Gaspar Jorge

Vereadores:

- i. António José Cerqueira Dinis de Mesquita
- ii. Jorge José de Magalhães Mendes
- iii. Raimundo de Magalhães Carvalho
- iv. Pedro Manuel Barros Pereira
- v. Lucinda Silva Fonseca Moreira
- vi. Angelina Rosa Pinheiro Teixeira
- vii. André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães
- viii. Carlos Gonçalo Teixeira Pereira

Número de Membros da Assembleia Municipal: 53

Número de funcionários em 2016/12/31: 559

1.6. Organização Contabilística:

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado, capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de



Contabilidade das Autarquias Locais e obedecem ao Sistema de Controlo Interno aprovado em Reunião do Executivo de 03/09/2001.

Os serviços municipais estão informatizados desde 01/01/1995, respeitando todas as aplicações informáticas o disposto na legislação em vigor e sendo a empresa prestadora do serviço a Medidata, Sistemas de Informática e Engenharia, SA.

[Handwritten signatures and a blue triangle pointing to the page number 33]



2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que a seguir se apresentam respeitam a numeração sequencial definida no ponto 8.2 do POCAL, sendo que aquelas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou considerou-se não existir informação que justificasse a sua divulgação.

8.2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

No ano de 2016 deu-se como concluído um trabalho exaustivo de análise das obras do imobilizado que se encontravam contabilisticamente classificadas como estando em curso há diversos exercícios, donde resultou a necessidade de contabilizar em 2016 diversas transferências de imobilizado em curso para imobilizado firme e reconhecer as respetivas amortizações acumuladas em resultados transitados. Esta situação explica parte significativa das variações ocorridas nas seguintes rubricas:

- Diminuição das rubricas de “Imobilizações em Curso” do Balanço por contrapartida do aumento no ativo bruto das rubricas de imobilizado firme (nomeadamente nos bens de domínio público);
- Aumento das amortizações acumuladas apresentadas no Ativo do Balanço em contrapartida de uma diminuição dos fundos próprios do Balanço (quer por via dos resultados transitados quer por via do resultado líquido do exercício que se encontra afetado por custos de obras que no ano passado não foram contabilizados).

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

a) Imobilizações

O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Quando os elementos do ativo imobilizado têm uma vida útil limitada ficam sujeitos durante esse período a uma amortização sistemática determinada pelo método das quotas constantes, sendo a quota anual de amortização determinada aplicando-se as taxas de amortização definidas no classificador geral definidas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE)

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, têm, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, é contabilizada a respetiva provisão para redução do ativo.

b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição.

Quando o custo de aquisição é superior ao preço de mercado ou na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, as diferenças são expressas pela provisão para depreciação de existências.

O método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

c) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Quando existem riscos associados ao recebimento de dívidas de terceiros, são constituídas provisões para cobranças duvidosas. Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Não são no entanto consideradas de cobrança duvidosa as dívidas do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, bem como as cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.



d) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

e) Provisões para Riscos e Encargos

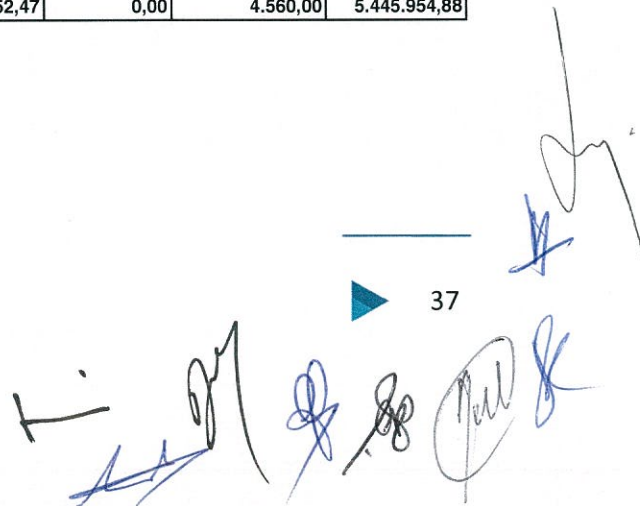
As provisões para riscos e encargos apresentadas no Passivo representam responsabilidades relacionadas com despesas a pagar que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quando ao seu valor ou data de ocorrência. Especificamente as que se encontram reconhecidas no balanço relacionam-se com processos judiciais cuja resolução pelos tribunais está em curso.

8.2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

A conta 431 – “Despesas de instalação” não apresenta valores registados e a conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento” contém despesas relativas ao estudo, levantamento e inventariação dos recursos naturais, geológicos, morfológicos e históricos do Município, com vista a obter novos conhecimentos científicos ou técnicos, tais como Cartografias, Planos de pormenor e estudos geológicos.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	635.947,55		387.299,93			1.023.247,48
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	49.342.999,01		13.207.391,91		1.556.289,05	60.994.101,87
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	146.000,00					146.000,00
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso	10.082.597,94		3.732.036,92		13.410.167,25	404.467,61
Adiant. por conta de bens de domínio público						
	60.207.544,50	0,00	17.326.728,76	0,00	14.966.456,30	62.567.816,96
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.104.628,33		299.499,36			1.404.127,69
Propriedade industrial e outros direitos	768.111,35		72.163,22		31,72	840.242,85
Outras imobilizações incorpóreas						
Imobilizações em curso	103.975,50		55.571,40		6.088,50	153.458,40
Adiant. por conta de imobilizações incorpóreas						
	1.976.715,18	0,00	427.233,98	0,00	6.120,22	2.397.828,94
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	14.042.304,56		110.000,00			14.152.304,56
Edifícios e outras construções	72.851.771,69		2.586.762,34	12.294,10	11.882,81	75.414.357,12
Equipamento básico	3.986.222,48		181.576,04		1.615,15	4.166.183,37
Equipamento de transporte	2.303.865,33		168.369,47	15.904,74		2.456.330,06
Ferramentas e utensílios	242.243,75		27.326,85			269.570,60
Equipamento administrativo	878.234,32		146.970,33		5.807,07	1.019.397,58
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	3.490.416,88		229.693,10			3.720.109,98
Imobilizações em curso	2.694.491,11		2.783.406,24		3.760.188,00	1.717.709,35
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas						
	100.489.550,12	0,00	6.234.104,37	28.198,84	3.779.493,03	102.915.962,62
De investimentos financeiros						
Partes de capital	3.053.440,66		337.308,00		4.560,00	3.386.188,66
Obrigações e títulos de participação	1.455.222,54					1.455.222,54
Investimentos em imóveis:	598.599,21		5.944,47			604.543,68
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso	0,00		0,00		0,00	0,00
Adiant. por conta de investimentos financeiros						
	5.107.262,41	0,00	343.252,47	0,00	4.560,00	5.445.954,88



Amortizações e Provisões				
(un.: euros)				
Designação	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				0,00
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios				0,00
Outras construções e infra-estruturas	19.105.707,88	7.193.281,15	612.416,82	25.686.572,21
Bens do património histórico, artístico e cultural				0,00
Outros bens de domínio público				0,00
	19.105.707,88	7.193.281,15	612.416,82	25.686.572,21
De imobilizações incorpóreas				0,00
Despesas de instalação				0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	985.304,30	295.465,73		1.280.770,03
Propriedade industrial e outros direitos	612.811,66	74.754,84	31,72	687.534,78
Outras imobilizações incorpóreas				
	1.598.115,96	370.220,57	31,72	1.968.304,81
De imobilizações corpóreas:				0,00
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios e outras construções	14.919.977,98	1.093.585,92	5.507,98	16.008.055,92
Equipamento básico	3.532.413,02	116.473,01	1.627,15	3.647.258,88
Equipamento de transporte	1.978.222,15	98.053,35	15.904,74	2.060.370,76
Ferramentas e utensílios	218.885,94	10.217,19		229.103,13
Equipamento administrativo	750.505,99	58.535,55	5.715,65	803.325,89
Taras e vasilhame				0,00
Outras imobilizações corpóreas	2.222.282,19	127.839,68	467,01	2.349.654,86
	23.622.287,27	1.504.704,70	29.222,53	25.097.769,44
De investimentos financeiros				0,00
Partes de capital	1.012.325,97	28.353,40		1.040.679,37
Obrigações e títulos de participação				0,00
Investimentos em imóveis:	81.801,91	6.063,53	0,00	87.865,44
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				0,00
Títulos da dívida pública				0,00
Outros títulos				0,00
	1.094.127,88	34.416,93	0,00	1.128.544,81

8.2.8 – Detalhe dos bens incluídos nos mapas atrás referidos.

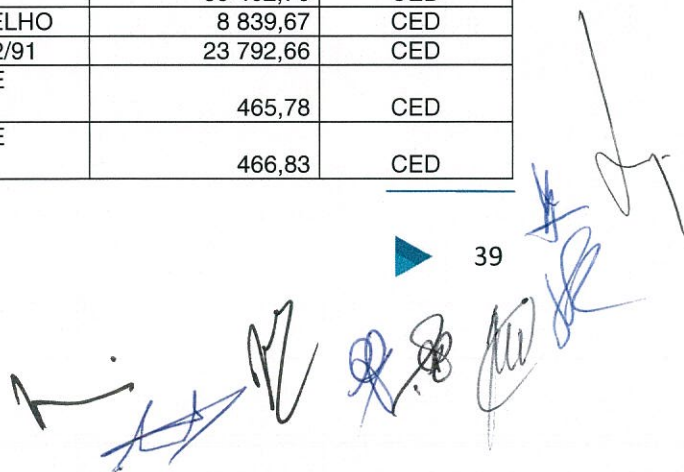
O detalhe dos bens incluídos nos mapas da nota anterior pode ser encontrado no anexo “XY – Mapa de bens do Município” incluído nos documentos de prestação de contas.

8.2.12 – Divulgações sobre imobilizações corpóreas e em curso:

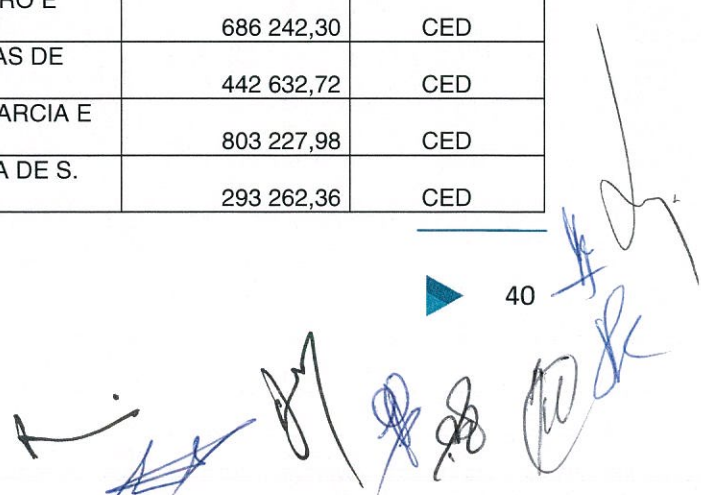
Imobilizações em poder de terceiros:



N.º INV.	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR PATRIMONIAL	SITUAÇÃO DO BEM
786	ESCOLA PRIMARIA DE ESTREMADOURO - LOUREDO	37 846,95	CED
796	ESCOLA PRIMARIA DE BUSTELO DE CIMA - BUSTELO	38 256,91	CED
805	ESCOLA PRIMARIA DA BOAVISTA - GATAO	40 537,65	CED
808	JARDIM DE INFANCIA DA MADALENA	35 609,11	CED
811	ESCOLA PRIMARIA DA TORRE - OLO	47 982,38	CED
842	ESCOLA PRIMARIA DA FEITORIA - MADALENA	41 198,59	CED
1147	ESCOLA PRIMARIA DE CARVALHO DE REI	23 623,61	CED
2154	FRACCAO "AB" EDIF. SALTO - S. GONCALO	37 215,81	CED
2155	FRACCAO "AC" EDIF. SALTO - S. GONCALO	37 215,81	CED
2212	CENTRO CULTURAL DE AMARANTE-ANTIGA CADEIA DA COMARCA	1 695 429,16	CED
2216	CASA DA JUVENTUDE - CEPELOS	1 392 780,87	CED
2217	ESCOLA PRIMARIA DE MANHUFU 1 - MANCELOS	60 181,33	CED
2238	QUINTA DAS FONTAINHAS DE BAIXO - FRIDAO	199 519,16	CED
2498	TERRENO, "QUINTA DE VINHAIS"	49 630,39	CED
2603	TERRENO NA BAZEIRA	17 058,89	CED
2617	ESCOLA PRIMARIA DO OUTEIRO - CARNEIRO	46 739,25	CED
2618	ESCOLA PRIMARIA DA SERRA - CHAPA	18 569,05	CED
2622	ESCOLA PRIMARIA DA IGREJA - VILA GARCIA	37 086,42	CED
2623	ESCOLA PRIMARIA DE S. VICENCIO - VARZEA	37 086,42	CED
2624	ESCOLA PRIMARIA DA FONTE - TRAVANCA	67 570,57	CED
3506	TERRRENO DO NOVO PARQUE DE CAMPISMO	15 971,15	CED
3507	PARQUE DE CAMPISMO	119 642,20	CED
3968	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - GATAO	59 321,35	CED
4870	ESCOLA PRIMARIA DO PACO - VILA CHA DO MARAO	58 253,21	CED
4873	TERRENO DA ESCOLA PRIMARIA DO ALTO DA LIXA - FREIXO DE CIMA	43 131,05	CED
4874	ESCOLA PRIMARA DO ALTO DA LIXA	56 161,43	CED
5036	ESCOLA PRIMARIA DE MURGIDO - CANDEMIL	71 722,78	CED
5058	ESCOLA PRIMARIA DE SUBACELO/ FREIXO DE BAIXO	118 124,11	CED
9631	ESCOLA PRIMARIA DA PORTELA-ABOIM	34 514,74	CED
9633	ESCOLA PRIMARIA DE CHEDAS-GONDAR	46 203,41	CED
9635	ESCOLA PRIMARIA DE OVELHINHA-GONDAR	34 806,79	CED
9832	ESCOLA PRIMARIA DA ESTRADINHA - TELOES	52 646,47	CED
9833	ESCOLA PRIMARIA DO PENEDO - TELOES	41 557,31	CED
11898	ESCOLA PRIMARIA DA POVOA - ANSIAES	45 822,21	CED
11902	ESCOLA PRIMARIA DE TRAVANCA DO MONTE - BUSTELO	24 751,15	CED
11915	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - FIGUEIRO SANTIAGO	65 420,90	CED
11936	ESCOLA PRIMARIA DE BOAVISTA N.1-MANCELOS	39 601,78	CED
11956	ESCOLA PRIMARIA DE CAMPO VILAR - SANCHE	42 909,93	CED
11957	ESCOLA PRIMARIA DE LAMACEIRO - TELOES	38 301,96	CED
11959	ESCOLA PRIMARIA DE TODEIA - TELOES	75 052,91	CED
11978	ESCOLA PRIMARIA DE RIBEIRA - VILA CHA	59 402,76	CED
12025	CASA ABRIGO DO PARQUE DE CAMPISMO VELHO	8 839,67	CED
12140	TERRENO LOTE N.2 DO ALVARA DE LOT. N.12/91	23 792,66	CED
12142	TERRENO LOTE N.8 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE	465,78	CED
12143	TERRENO LOTE N.7 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	466,83	CED



12146	TERRENO LOTE N.4 DO ALVARA DE LOT. N.12/91 - TELOES	49 879,79	CED
12147	TERRENO LOTE N.5 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	477,65	CED
12149	TERRENO LOTE N.1 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	1 892,44	CED
12246	TERRENO LOTE N.2 DA BOUCA DO POMBAL CEDIDO A CERCIMARANTE - S. GONCALO	69 831,71	CED
12247	TERRENO COM 1960M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1 247,00	CED
12266	TERRENO COM 1310M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1 247,00	CED
12280	TERRENO COM A AREA DE 2290M2 SITO NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1 713,37	CED
12281	TERRENO COM A AREA DE 1110M2 SITO NO LUGAR DA BOUCA DA CRUZ - LOUREDO	1 354,24	CED
12285	TERRENO LOTE N.1 DO ALVARA DE LOT.12/91 - TELOES	21 697,71	CED
17871	TERRENO LOTE N.3 DA BOUCA DO POMBAL	46 590,22	CED
17872	TERRENO LOTE N.4 DA BOUCA DO POMBAL	48 034,24	CED
17873	TERRENO LOTE N.5 DA BOUCA DO POMBAL	42 781,90	CED
21733	FRACÇÃO H DA CHENTUADA N. POLICIA 8	10 006,18	CED
21739	FRACÇÃO G DA CHENTUADA N. POLICIA 9	6 253,84	CED
21803	FRACÇÃO B DA BOUÇA DO POMBAL	57 545,76	CED
21804	FRACÇÃO I DA BOUÇA DO POMBAL	57 508,45	CED
21805	FRACÇÃO P DA BOUÇA DO POMBAL	81 585,19	CED
22186	TERRENO LOTE N.4 DA ZONA INDUSTRIAL DE CARIDO	37 053,74	CED
27733	TERRENO - PARCELA DO LOTEAMENTO 23/98 - GONDAR	63 810,00	CED
30364	TERRENO LOTE N.1 DA BOUÇA DO POMBAL	51 013,47	CED
30731	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	293 070,07	CED
30733	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	11 714,23	CED
30735	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	3 126,04	CED
30737	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	17 089,66	CED
30791	CENTRO INTERPRETATIVO E CULTURAL DO MARÃO - ABOADELA	198 150,65	CED
33319	TERRENO RUSTICO DENOM.BOUÇA NOVA OU BOUÇA DA PEREIRA-TELÕES	25 158,52	CED
33321	TERRENO RUSTICO DENOM.LEIRA DA COMPRA DE FORA-TELÕES	39 292,52	CED
33322	TERRENO RUSTICO DENOM.LEIRA DA COMPRA DE DENTRO-TELÕES	35 548,96	CED
35913	SANEAMENTO BÁSICO - CHAPA	166 755,36	CED
35919	ABASTECIMENTO DE ÁGUA ÀS FREGUESIAS DE VILA GARCIA E TELÕES - BACIA 2	400 681,68	CED
35920	SANEAMENTO ÀS FREGUESIAS DE VILA GARCIA E TELÕES - BACIA 2	1 110 676,85	CED
35922	ABASTECIMENTO DE ÁGUA ÀS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ E FREIXO-4ª.FASE	351 306,35	CED
35923	SANEAMENTO ÀS FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ E FREIXO-4ª.FASE	686 242,30	CED
36071	ABASTECIMENTO DE ÁGUA ÀS FREGUESIAS DE VILA GARCIA E TELÕES - BACIA 1	442 632,72	CED
36072	SANEAMENTO ÀS FREGUESIAS DE VILA GARCIA E TELÕES - BACIA 1	803 227,98	CED
41403	ABASTECIMENTO DE AGUA NA FREGUESIA DE S. SIMÃO	293 262,36	CED



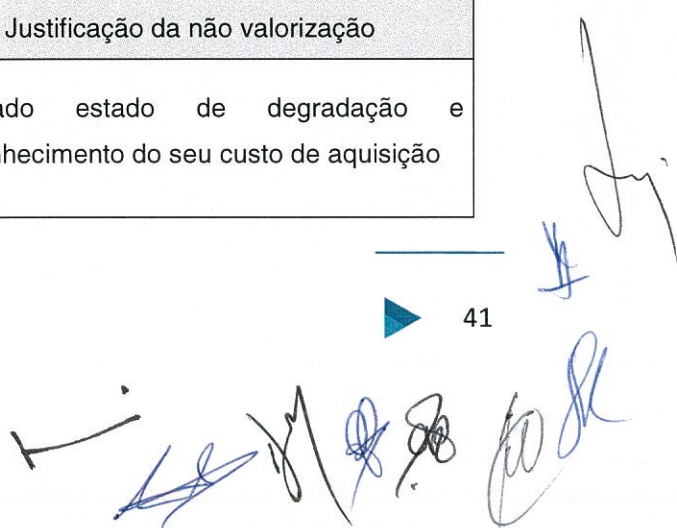
41404	SANEAMENTO (AGUAS RESIDUAIS DOMESTICAS) NA FREGUESIA DE GOUVEIA S. SIMÃO	317 145,85	CED
-------	---	------------	-----

8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Nº Contrato	Designação	Entidade Locadora	Datas do Contrato		Nº de Rendas		Valor de aquisição do bem c/ IVA	Valor Residual	Capital em dívida a 31 de dezembro de 2016
			Início	Fim	Pagas	Em falta			
100065371	Autocarro CAETANO OPTIMO SEVEN25, branco, matrícula 49-OH-40	Caixa Leasing Factoring	20-02-2014	20-02-2017	11	1	105.662,74	2.113,25	11.399,60
100087544	Miniautocarro de passageiros Mercedes Benz 519 CDI Chassis Matricula: 21-RB-00	Caixa Leasing Factoring	20-10-2016	20-07-2019	1	11	98.154,00	1.963,08	90.267,09
198708	Citroen Jumper 2.2 HDI 33 L3H2 Vidrado Matricula: 12-MO-71	Santander, Leasing	15-05-2012	15-02-2016	16	0	36.219,02	724,38	0,00
198819	Toyota Dyna DY L CL 75.34 Matricula: 52-MN-40	Santander, Leasing	16-02-2012	15-02-2016	16	0	74.161,78	1.483,24	0,00
TOTAL							314.197,54	6.283,95	101.666,68

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Bem	Justificação da não valorização
Edifício do Solar dos Magalhães	Avançado estado de degradação e desconhecimento do seu custo de aquisição



Bens classificados como: "Obras de arte; móveis antigos; coleções e antiguidades"	Dificuldade de avaliação dada a natureza subjetiva dos bens
---	---

De referir também que os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras não incluem os resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos anteriores a 2003 por não ter sido possível ainda terminar o respetivo trabalho de inventariação.

8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Não são sujeitos ao regime de amortizações os terrenos incluídos nos bens de domínio público, em conformidade com as instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

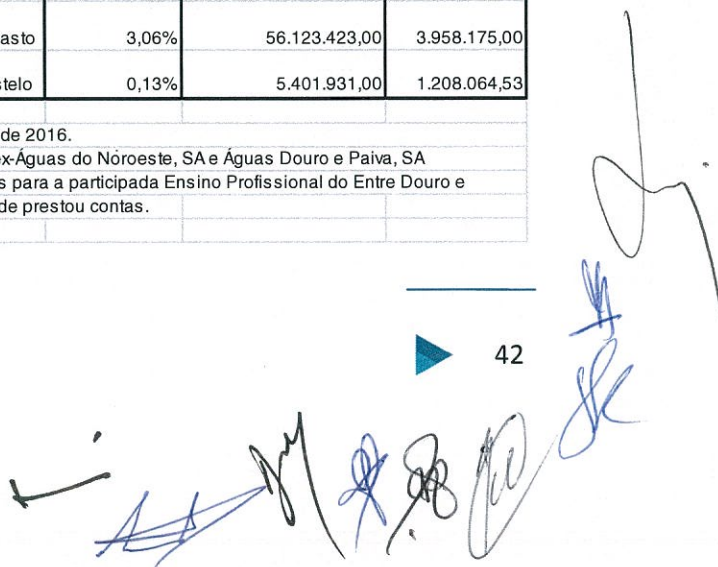
8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Entidade	Sede	Parcela detida	Capitais próprios em 31/12/2015* (Euros)	Resultado exercício 2015* (Euros)
Agência Desenvolvimento Regional Entre Douro e Tâmega	Amarante	9,10%	200.351,33	-4.447,20
Águas do Norte**	Vila Real	1,57%	281.713.519,88	13.444.320,63
Associação de Municípios do Baixo Tâmega	Amarante	25,00%	448.422,55	-433.068,48
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	0,32%	1.965.144,17	111.658,90
Carnagri - Matadouro Reg. Vale Sousa e Baixo Tâmega	Penafiel	2,10%	5.872.821,19	-92.782,56
Comunidade InterMunicipal do Tâmega e Sousa	Penafiel	9,09%	925.699,83	71.751,78
Domen, CRL	Marco de Canavezes	0,70%	472.456,08	4.907,07
Ensino Profissional do Entre Douro e Tâmega, SA***	Amarante	45,00%	400.390,81	-269.274,86
Instituto Empresarial do Tâmega	Amarante	49,33%	360.517,10	-190.216,92
Parques do EDT	Amarante	5,00%	4.731.765,90	-25.310,73
RESINORTE	Celorico de Basto	3,06%	56.123.423,00	3.958.175,00
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Viana do Castelo	0,13%	5.401.931,00	1.208.064,53

* Até à data não foram aprovadas as contas referentes ao ano económico de 2016.

** Esta entidade foi criada a 30/6/2015 e integra as parcelas detidas nas ex-Águas do Noroeste, SA e Águas Douro e Paiva, SA

*** O valor dos capitais próprios e resultado líquido do exercício divulgados para a participada Ensino Profissional do Entre Douro e Tâmega reportam-se ao exercício de 2013, último ano em que a entidade prestou contas.





8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2016 existem dívidas de cobrança duvidosa no montante de 721.049,98 euros apresentadas na rubrica do Balanço de clientes de cobrança duvidosa.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

Designação das contas	Saldo da Gerência anterior		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e cauções		1.588.242,62		2.036.946,02
Recibos para cobrança		721.066,94		721.049,98

8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das Contas	Descrição	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	721 066,94		16,96	721 049,98
292	Provisões para riscos e encargos	180 670,52	25 178,48		205 849,00
39	Provisões para depreciação de existências		5 271,82		5 271,82
49	Provisões para investimentos financeiros	1 012 325,97	28 353,40		1 040 679,37

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Rubricas	Saldo em	Aplicação do	RL	Amort. Acum.	Reconhecim.	Outras	Saldo em
	31-12-2016	RL 2015	2016	Exerc. Ant.	Subsídios	Variações	31-12-2016
Património	88.818.780,14	350.872,68					89.169.652,82
Reservas							0,00
Reservas Legais	2.547.360,10	18.466,98					2.565.827,08
Subsídios	1.830.321,24						1.830.321,24
Doações	2.065.136,10						2.065.136,10
Resultados Transitados	3.546.230,24			-4.576.438,17	307.644,06	-282.365,33	-1.004.929,20
Total	98.807.827,82	369.339,66	0,00	-4.576.438,17	307.644,06	-282.365,33	94.626.008,04
Resultado Liq. Exerc	369.339,66	-369.339,66	40.274,23				40.274,23
Total dos Fundos Própri	99.177.167,48	0,00	40.274,23	-4.576.438,17	307.644,06	-282.365,33	94.666.282,27

No quadro acima explicitam-se os movimentos ocorridos no exercício nas contas da classe 5, donde se salienta a contabilização na rubrica de Resultados Transitados de amortizações de exercícios anteriores no valor global de 4.576.438,17 euros de bens pertencentes ao ativo imobilizado do Município. Em 2016 concretizou-se um trabalho exaustivo de análise do imobilizado que se encontrava contabilisticamente classificado como estando em curso há diversos exercícios, donde resultou a necessidade de contabilizar em 2016 diversas transferências de imobilizado em curso para imobilizado firme e reconhecer as respetivas amortizações acumuladas.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	36 691,43
Compras	910 758,58
Existências finais	43 331,06
Custos no exercício	904 118,95





8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	111.582,39	155.654,27	781	Juros obtidos	4.001,62	18.086,23
683	Amortizações de investimentos em imóveis	6.063,53	5.995,38	782	Ganhos em entidades participadas	76.444,75	81.326,95
684	Provisões para apl.fin.	28.353,40	299.697,13	78.3	Rendimentos de imóveis	1.769.705,93	1.414.095,32
688	Outros custos e perdas financeiros	9.463,62	11.274,37				
	Resultados Financeiros	1.694.689,36	1.040.887,35				
TOTAL		1.850.152,30	1.513.508,50	TOTAL		1.850.152,30	1.513.508,50

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Cód. Contas	Custos e perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferência capital concedidas	2.703.258,69	1.971.863,37	791	Restituição de impostos	198.559,97	53.081,71
693	Perdas em existências	1.308,62	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	70,32
694	Perdas em imobilizações	21.465,21	344.474,32	794	Ganhos em imobilizações	5.645,91	8.619,71
695	Multas e penalidades	800,00	600,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	19.705,34	8.179,60
697	Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	18.375,01	797	Correções relativas a exercícios anteriores	111.883,85	66.767,96
698	Outros custos e perdas extraordinários	15.941,41	11.061,43	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.964.164,45	1.158.223,91
	Resultados extraordinários	-442.814,41	-1.051.430,92				
TOTAL		2.299.959,52	1.294.943,21	TOTAL		2.299.959,52	1.294.943,21



3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO

3.1.1. Modificações do Orçamento – Em anexo

3.1.2. Modificações do Orçamento – Receita – Em anexo

3.1.3. Modificações do Orçamento – Despesa – Em anexo

3.1.4. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos – Em anexo

3.2. Contratação Administrativa – Em anexo

3.3. Transferências

3.3.1. Transferências Correntes – Despesa – Em anexo

3.3.2. Transferências de Capital – Despesa – Em anexo

3.3.3. Transferências Correntes – Receita – Em anexo

3.3.4. Transferências de Capital – Receita – Em anexo

3.4. Mapa de Empréstimos – Em anexo

3.5. Outras Dividas a Terceiros – Em anexo

X - Mapa de Bens do Município – Em anexo

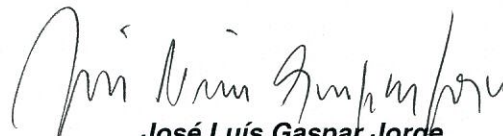


XI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a análise traçada das atividades, da execução orçamental e da situação patrimonial da Câmara Municipal referente ao ano de 2016, devidamente enquadrada pelas inúmeras limitações financeiras, económicas e técnicas com que se deparou ao longo do ano, bem como ao facto de todos os indicadores legais e obrigatórios terem sido cumpridos e os objetivos a que o Executivo se propôs terem sido globalmente conseguidos, julgo estarem reunidas as condições objetivas para que estes documentos sejam apreciados favoravelmente.

Paços do Município de Amarante, 20 de março de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA


José Luís Gaspar Jorge





<http://www.cm-amarante.pt/>

[Handwritten signatures and marks]

▶ 48